

Conselho Diretor

Presidente: **Helaine Carneiro Capucho**
Vice-Presidente: **Simone Dalla Pozza Mahmud**
Diretora Financeira: **Mabel Mendes Cavalcanti**
Vice-diretora Financeira: **Carolina Raslan Dinis**
Diretora Executiva: **Ilenir Tuma Leão**
Vice-diretora Executiva: **Heloisa Arruda Gomm Barreto**

Conselho Editorial

Editora-Chefe: **Profa. Dra. Helaine Carneiro Capucho**
Editora-Científica: **Profa. Dra. Eliane Ribeiro**

Membros do Conselho Editorial

Prof. Dr. Adriano Max Moreira Reis
Prof. Dr. Ahmed Nadir Kheir
Prof. Dr. Alberto Herrerros de Tejada
Prof. Me. Aldo Rodrigo Alvarez Risco
Prof. Dr. David Woods
Prof. Dr. Divaldo Pereira Lyra Junior
Prof. Dr. Eduardo Savio
Profa. Me. Eugenie Desirée Rabelo Néri
Prof. Me. Fabio Ramirez Muñoz
Prof. Me. Felipe Dias Carvalho
Profa. Dra. Inês Ruiz Álvarez
Prof. Dr. João Carlos Canotilho Lage
Prof. Dr. José Luis Marco Garbayo
Prof. Dr. Leonardo Régis Leira Pereira
Profa. Dra. Lúcia de Araújo Costa Beisl Noblat
Profa. Dra. Marcela Jirón Aliste
Prof. Dr. Marcelo Polacow Bisson
Profa. Me. Márcia Germana Alves de Araújo Lobo
Profa. Me. Maria Elena Sepulveda Maldonado
Profa. Dra. Maria Rita Carvalho Garbi Novaes
Profa. Dra. Maria Teresa Ferreira Herdeiro
Prof. Dra. Marta Maria de França Fonteles
Profa. Me. Pamela Bertolo
Profa. Dra. Selma Rodrigues de Castilho
Profa. Dra. Sonia Lucena Cipriano
Prof. Esp. Tarcísio José Palhano

Diagramação: Liana de Oliveira Costa

Periodicidade: Quadrimestral

Exemplares: 3.000

Circulação é gratuita para os associados da SBRAFH.

Outros interessados em assinar a revista poderão efetuar seu pedido junto à Secretaria da SBRAFH

– Telefone: (11) 5083-4297 ou pelo e-mail: atendimento@sbrafh.org.br.

Valores para assinaturas anuais (4 edições):

- Brasil: R\$ 200,00
- Exterior: US\$ 150

As normas para publicação de artigos técnicos estão na página principal.

Os artigos devem ser enviados através deste site após criar seu cadastro de autor e confirmá-lo através de email enviado.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde.

Os anúncios publicados também são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

Esta Revista é impressa com apoio cultural do Laboratório Cristália de Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA.

PERSPECTIVAS E IMPORTÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

Elisângela da Costa Lima Dellamora e Guacira Corrêa de Matos

A observação e monitoramento de informações relacionadas à segurança dos medicamentos viabilizam o compartilhamento das práticas e das culturas dominantes sobre o seu uso, podendo fornecer subsídios à avaliação e formulação de políticas regulatórias, bem como ao delineamento de estratégias para a abordagem de problemas locais¹. Os serviços de farmácia configuram-se como setores-chave para o registro e a consolidação de informações relacionadas à assistência farmacêutica. Sua responsabilidade em promover e esclarecer questões relacionadas ao uso de medicamentos no Brasil foi apontada há mais de duas décadas por Castilho².

Ainda incipiente, a produção de conhecimento bem como a implementação de ações no campo da farmacoepidemiologia vem aumentando, possivelmente, como um reflexo da mudança nas diretrizes curriculares do farmacêutico. A reorientação da atuação do profissional, ao deixar de ser centrada no medicamento, incluiu o desenvolvimento de competências relacionadas ao cuidado em saúde dos usuários e da comunidade, abarcando a discussão de metodologias para realização de estudos de utilização de medicamentos.

Prontuários, fichas clínicas, bancos institucionais locais e questionários específicos são as fontes de informação frequentemente utilizadas em estudos brasileiros^{3,4}. Por outro lado, grandes bases de dados secundários — bancos informatizados que armazenam registros nacionais ou mundiais — têm sido largamente empregadas nos EUA, Canadá, Austrália e em diversos países da Europa³. Denominados *Big Data*, estes sistemas permitem acesso a um considerável volume de informações em curto espaço de tempo e sem custos adicionais para o sistema⁵.

O Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) foi o primeiro criado oficialmente no Brasil, com a publicação da Lei 6.229 em 1975. Atualmente, outros sistemas são disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS como o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e o Sistema de Informações Hospitalares (SIH-SUS)⁶, com destaque para o último que representa a principal fonte de dados administrativos em saúde, de base hospitalar e com abrangência nacional. Uma das vantagens do SIH/SUS é o fornecimento de informação diagnóstica, demográfica e geográfica para cada internação hospitalar⁷. Entretanto, o resgate dos dados sobre o conjunto de medicamentos — disponíveis na descrição dos procedimentos no SIH/SUS — exige um longo processo de extração, com diversos cruzamentos de arquivos⁵. Este aspecto exemplifica uma das dificuldades para seu uso.

Outros sistemas merecem destaque pela especificidade, como o Sistema Logístico de Medicamentos (SICLOM), o Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e, no âmbito da farmacovigilância, o Sistema de Notificações em Vigilância Sanitária (NOTIVISA) e o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX). O Sistema Hórus de gerenciamento da assistência farmacêutica, em processo de implantação, também apresenta potencial de incorporação das variáveis relativas ao perfil de utilização dos medicamentos.

Infelizmente, os registros sobre os medicamentos envolvidos em agravos à saúde nas bases de dados, principalmente em relação à segurança do seu uso, ainda são fragmentados³. O Brasil carece de interoperabilidade entre os sistemas de informação e há pouco conhecimento sobre a aplicação dos mesmos para outros escopos, uma vez que a maior parte foi delineada para fins administrativos^{3,8}. Além disso, a qualidade destas bases, considerando as dimensões de cobertura, clareza metodológica, completude, confiabilidade e consistência⁹ precisa ser verificada.

Este cenário indica que há muito a ser feito. Não obstante, a exploração destes sistemas é imprescindível para aumentar o conhecimento sobre os aspectos epidemiológicos e econômicos do uso de medicamentos no Brasil. Um caminho para este garimpo seria a ampliação de parcerias entre serviços de saúde, universidades, centros de pesquisa e instâncias governamentais brasileiras para discussão, qualificação de profissionais, recrutamento e formação de pesquisadores no campo.

Referências:

1. Silva CDC, Coelho HLL, Arrais PSD, Cabral FR. Centro de informação sobre medicamentos: contribuição para o uso racional de fármacos. Cad. Saúde Pública 1997; 13(3):531-535.
2. Castilho, SR. Sismed: Sistema de informação sobre medicamentos, [Dissertação de Mestrado] Coppe, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.
3. Rozenfeld, S. Agravos provocados por medicamentos em hospitais do Rio de Janeiro, Brasil. Revista de Saúde Pública 2007; 41: 108-115.
4. Baldoni AO, Guidoni CM, Pereira LRP. A farmacoepidemiologia no Brasil: estado da arte da produção científica. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 2011; 9(1): 78-88.
5. Matos GC, Rozenfeld S, Martins M. Human albumin use at hospitals in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, Brazil. Cad. Saúde Pública 2010; 26(5): 981-90.
6. Jorge MHPM, Laurenti R, Gotlieb SLD, Avaliação dos sistemas de informação em saúde no Brasil. Cad. Saude Colet., 2010; 18 (1): 7-18.
7. Bittencourt AS; Camacho LAB; Leal MC. O Sistema de Informação Hospitalar e sua aplicação na Saúde Coletiva. Cad Saúde Pública 2006; 22:19-30
8. Strom BL. Pharmacoepidemiology, Philadelphia. 4ª. Edição. John Wiley & Sons Ltd. 2005.
9. Lima CRA, Schramm JMA, Coeli CM, Silva MEM. Revisão das dimensões de qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde. Cad. Saúde Pública, 2009; 25(10):2095-2109

Elisângela da Costa Lima Dellamora e Guacira Corrêa de Matos são docentes e pesquisadoras do Observatório de Vigilância e Uso de Medicamentos (Observium) da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.